CPRT
COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR
TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 5 – Número 0302 – 08/05 à 12/05/2023

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

Processo que discute demissão sem justa causa entra na pauta do STF

Migalhas - 08/05/2023

O STF retoma no próximo dia 19 julgamento de importante questão trabalhista. Os ministros voltam a analisar ação contra decreto Federal 2.100/96 pelo qual o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, denunciou a Convenção 158 da OIT, que prevê proteção ao trabalhador contra a demissão arbitrária, sem justa causa.

Na prática, o que se discute é se o empregador será impedido de fazer demissões de forma arbitrária, sem justa causa.

Processo se arrasta na Corte há mais de 26 anos e teve sucessivos pedidos de vista.

Agora, entrou na pauta do plenário virtual, em julgamento que deve se encerrar no dia 26 de maio.

Relembre

Em outubro do ano passado, quando o STF voltou a julgar, mas a análise foi novamente pausada por pedido de vista, publicamos matéria explicando, tintim por tintim, o que se discute no Supremo. Veja a matéria completa aqui.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

STF decidirá se piso de categoria previsto em lei federal vale para servidores estaduais e municipais

Supremo Tribunal Federal - 12/05/2023

O Supremo Tribunal Federal (STF) irá decidir se os estados e os municípios são obrigados a observar, na contratação de servidores públicos, o piso salarial da categoria profissional estabelecido por lei federal. O assunto é objeto do Recurso Extraordinário (RE) 1416266, que teve repercussão geral reconhecida por unanimidade em Plenário Virtual (Tema 1250). No caso concreto, a Justiça Federal de Pernambuco, ao julgar ação civil pública ajuizada pelo Conselho Regional de Odontologia (CRO-PE), determinou que o Município de Gravatá (PE) retificasse o edital de seleção pública para contratação de dentistas para constar o piso salarial da categoria previsto na Lei federal 3.999/1961. Posteriormente, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5) derrubou essa decisão, sob o fundamento de que os entes federativos têm competência legislativa autônoma para fixar a remuneração de seu pessoal.

Empresa é condenada por não homologar rescisões mesmo após a Reforma Trabalhista

Tribunal Superior do Trabalho - 12/05/2023

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Empreendimentos Pague Menos S. A., de São Carlos (SP), a pagar multa prevista em convenção coletiva por não submeter à homologação sindical as rescisões de contratos de empregados. Apesar de a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) ter afastado, em geral, essa obrigação a partir 11/11/2017, a convenção que estabeleceu essa necessidade teve vigência iniciada antes e seguiu até 30/6/2018.

Metalúrgico tem direito a horas extras por revezamento em atividade insalubre

Tribunal Superior do Trabalho - 11/05/2023

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho confirmou decisão do ministro Mauricio Godinho Delgado que condenara a Arcelormittal Brasil S.A. e a Magnesita Refratários S.A. a pagar horas extras superiores à sexta diária a um técnico de operação que trabalhava em regime de revezamento com jornada de 12 horas diárias. Para o colegiado, o fato de a atividade ser insalubre exige licença prévia da autoridade competente para o elastecimento da jornada.

Legal Design e sua aplicação no Judiciário será o tema da 4ª edição do Liderança Digital para Mulheres

Tribunal Superior do Trabalho - 10/05/2023

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho realiza, no dia 19 de maio (sexta-feira), das 10h às 12h, a 4ª edição do Ciclo de Encontros Virtuais "Liderança Digital para Mulheres". Dessa vez, o evento contará com a palestra da advogada e especialista em Legal Design Cynara de Souza Batista, que tratará do tema "Legal Design e sua aplicação no Judiciário". O Legal Design busca transformar os aspectos do ramo do Direito mais atrativos, especialmente com o uso de recursos visuais.

Empresário consegue liberação de passaporte suspenso em execução de dívida

Tribunal Superior do Trabalho - 11/05/2023

Um empresário de Salvador (BA) cujo passaporte havia sido suspenso para garantir o pagamento de dívidas trabalhistas terá o documento liberado pela Justiça do Trabalho após apresentar habeas corpus ao Tribunal Superior do Trabalho. Segundo a Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2), é possível a adoção de medidas atípicas para forçar o cumprimento de decisão judicial. Porém, no caso concreto, a medida não recaiu sobre o patrimônio do empresário, mas sobre sua liberdade, uma vez que o documento é necessário a sua atividade profissional.

Comerciária será reintegrada porque empresa não seguiu seu próprio regulamento

Tribunal Superior do Trabalho - 10/05/2023

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou a reintegração de uma comerciária de Porto Alegre (RS) dispensada sem justa causa pela WMS Super-

mercados do Brasil Ltda. (rede Walmart). Segundo o colegiado, ela não foi submetida à norma interna da empresa que estabelece critérios e procedimentos para a rescisão, o que torna nula sua dispensa.

Dono de lava-jato é condenado por morte de adolescente após "brincadeira" com compressor

Tribunal Superior do Trabalho - 08/05/2023

O dono de um lava-jato de Campo Grande (MS) terá de pagar indenização por danos morais coletivos no valor de R$ 100 mil em razão da morte de um empregado de 17 anos causada pela manipulação indevida do compressor de ar. A decisão é da Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, para quem a tragédia ocorrida com o jovem representou lesão aos interesses e aos direitos de toda a coletividade.

Notícias do Executivo

Ministério do Trabalho e Emprego inicia o pagamento do 4º lote do Abono Salarial a partir de 15 de maio

Ministério do Trabalho e Emprego - 11/05/2023

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) começa a pagar, a partir do dia 15 de maio, o segundo grupo de trabalhadores com direito ao Abono Salarial. Serão pagos nesse 4º lote Abonos a 4.425.940 milhões de trabalhadores, num total de R$ 4.4 bilhões em recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Previdência Social e Dataprev buscam otimização de sistemas para equacionar demandas no INSS

Ministério da Previdência Social - 12/05/2023

Para equacionar as demandas no INSS, a Previdência Social e a Dataprev intensificaram o diálogo sobre a otimização de sistemas de processamento de dados dos segurados. O alinhamento foi ratificado pelo ministro Carlos Lupi e os presidentes da autarquia e da empresa federais, Glauco Wamburg e Rodrigo Assumpção, nesta sexta-feira (12), no Rio de Janeiro.

Ligações de celular para a Central de Atendimento 135 agora são de graça

Ministério da Previdência Social - 12/05/2023

As ligações por celular para a Central de Atendimento 135 do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para o 158 (Alô Trabalho) e o 1358 (Regime Próprio de Previdência da União) agora podem ser feitas gratuitamente. Outros dois serviços também

entraram no rol de gratuidades: 08007300888 (eSocial) e 08001350135 (Ordem dos Advogados do Brasil) que, apesar de serem 0800, eram tarifados.

Previdência e Desenvolvimento Social se unem para agilizar concessão de benefícios assistenciais

Ministério da Previdência Social - 11/05/2023

Com a publicação da Portaria Interministerial MPS/MDS nº 30, do último dia 9 de maio, os dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), do INSS, e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo (CadÚnico), geridos pela Caixa Econômica Federal, serão administrados conjuntamente. A regulamentação, assinada pelos ministros Carlos Lupi, do Ministério da Previdência Social (MPS), e Wellington Dias, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), tem como foco otimizar a avaliação e o monitoramento de políticas públicas sociais orientadas por dados.

Nomeado novo diretor da Perícia Médica Federal do MPS

Ministério da Previdência Social - 11/05/2023

oi nomeado, nesta quinta-feira (11), o novo diretor do Departamento de Perícia Médica Federal do Ministério da Previdência Social, Eleumar Meneses Sarmento. Com mais de 27 anos de experiência na perícia médica, Eleumar atuou como perito em agências da Previdência Social no Rio de Janeiro e Campina Grande.

Publicadas nesta quarta-feira (10) resoluções que ampliam transparência de taxas e custos dos consignados

Ministério da Previdência Social - 10/05/2023

Foram publicadas nesta quarta-feira (10), no Diário Oficial da União (DOU) as Resoluções CNPS/MTP nº 1352 e nº 1353 que ampliam a transparência de taxas e custos dos empréstimos consignados, do cartão de crédito e do cartão consignado para beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Fundacentro participa de discussão sobre benzeno

Fundacentro - 09/05/2023

A saúde e segurança dos trabalhadores é prioridade na agenda do presidente da Fundacentro, Pedro Tourinho. Visando garantir a proteção dos direitos dos trabalhadores e a promoção de ambientes laborais mais seguros e saudáveis, Tourinho recebeu em seu gabinete, o presidente Luiz Arraes, da Federação dos Frentistas de SP e do Sinpospetro de Osasco. As discussões se pautaram em incentivar a cultura de prevenção e a redução do número de acidentes e doenças relacionadas ao benzeno. Também estiveram presentes, o presidente Francisco Soares de Souza, do Sinpospetro de Campinas/SP, da presidente Telma Maria Cardia, do Sinpospetro de Guarulhos/SP; do presidente Alex Santos, do Sinpospetro de Niterói e Região; do secretário-geral do Sinpospetro de Campinas/SP, Raimundo Nonato de Sousa (Biro), e do diretor Arlindo Outes, do Sinpospetro de Guarulhos/SP e a assessora da diretoria daFederação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis de Petróleo (Fenepospreto), Janekelly Maria.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

Novo superintendente do Trabalho em MS visita MPT para reforçar parceria no combate às violações trabalhistas

Ministério Público do Trabalho - 12/05/2023

A convite da procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso do Sul (MPT-MS), Cândice Arosio, o novo superintendente regional do Trabalho, Alexandre Cantero, esteve na sede da instituição, em Campo Grande. Na ocasião, reforçaram a atuação em parceria, visando assegurar a promoção e fiscalização do cumprimento das normas trabalhistas e o combate a violações de direitos no ambiente de trabalho.

Cumprimento da cota de contratação de aprendizes é tema de audiência pública em Nova Iguaçu (RJ)

Ministério Público do Trabalho - 12/05/2023

Na manhã de ontem (9), a procuradora Mariana Vieira da Silva Almeida e o procurador Fernando Henrique Ferreira Santos, ambos da Procuradoria do Trabalho no Município (PTM) de Nova Iguaçu, participaram de uma audiência pública sobre aprendizagem. O evento, promovido pelo Ministério Público do Estado em Nova Iguaçu, contou com a presença de diversos empregadores do município.

Carrefour é condenado por ato discriminatório e antissindical

Ministério Público do Trabalho - 12/05/2023

A 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT/RJ) condenou, por unanimidade, o Carrefour Comércio e Indústria Ltda ao pagamento de indenização

por danos morais coletivos no valor de R$500 mil. A decisão é decorrente de ação civil pública (ACP) ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro (MPT-RJ) em face da empresa por ato discriminatório e antissindical..

MPT-PA reforça conscientização para notificação de acidentes de trabalho

Ministério Público do Trabalho - 12/05/2023

A importância da notificação de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais foi discutida durante audiência pública promovida pelo Ministério Público do Trabalho no Pará e Amapá (MPT PA-AP), nesta quarta-feira (10), na sede da instituição, em Belém. O evento contou com grande mobilização de gestores municipais de saúde de todas as regiões paraenses. A ação faz parte das ações da campanha Abril Verde 2023, desenvolvida pela Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Codemat), que traz como tema "Todo acidente de trabalho deve ser notificado. O trabalhador não é invisível".

Acidentes e doenças do trabalhos são tema de audiência pública com empresas de Mato Grosso

Ministério Público do Trabalho - 10/05/2023

O Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT) realizou, ao fim de abril (26), audiência pública com empresas de Mato Grosso para debater a importância da regularização das notificações de acidentes relacionados ao trabalho. A iniciativa, conduzida pelo procurador do Trabalho Bruno Choairy Cunha de Lima, integra o programa Promoção da Regularidade das Notificações de Acidentes de Trabalho, projeto nacional da Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho (Codemat) do MPT.

Sindicatos de Bauru (SP) são proibidos de alterar cálculo de cota de aprendizagem em negociações coletivas

Ministério Público do Trabalho - 10/05/2023

O Juizado Especial da Infância e Adolescência (JEIA) de Bauru (SP) proferiu decisão liminar contra o Sindicato dos Vigilantes de Bauru e o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de São Paulo, determinando que ambas as entidades

deixem de inserir cláusulas em acordos e convenções coletivas que alterem a base de cálculo legal para a contratação de jovens aprendizes, sob pena de multa de R$ 10.000,00 por dia. A ação foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em Bauru.

Weg Equipamentos assina acordo para contratar mais de 200 pessoas com deficiência e reabilitados do INSS

Ministério Público do Trabalho - 09/05/2023

A Weg Equipamentos Elétricos S/A, com sede em Jaraguá do Sul/SC, assinou um acordo com a Justiça do Trabalho comprometendo-se a contratar trabalhadores com deficiência ou reabilitados pelo INSS, no importe de, no mínimo 5%, da totalidade de seus empregados. Em fevereiro deste ano, a empresa ainda precisava contratar 216 trabalhadores nessas condições para adequar-se à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Ao todo, deverá manter, em seus quadros, 791 trabalhadores com deficência.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

Diretores do SINAIT levam reivindicações ao Secretário de Inspeção do Trabalho

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 11/05/2023

A necessidade de concurso para Auditores-Fiscais do Trabalho voltou a ser pauta, em encontro com o secretário de Inspeção do Trabalho, Luiz Felipe Brandão. O presidente do Sinait, Bob Machado, acompanhado de diretores da entidade, que estavam em Brasília por ocasião de reunião da Diretoria Executiva nacional – DEN, esteve na tarde desta quarta-feira, 10 de maio, em reunião na SIT, quando foram levadas as principais reivindicações da carreira no momento. Bob Machado destacou a necessidade de realização de concurso público para o cargo, que, atualmente é uma das principais bandeiras de luta, diante da enorme defasagem e das dificuldades enfrentadas por todos os Auditores-Fiscais em razão do déficit histórico do contingente, com o menor número dos últimos 30 anos. Dos 3.644 cargos previstos para a carreira, apenas 1.940 estão em atividade no momento, deixando um déficit de 1.704 Auditores.

Notícias do e-Social

Início dos eventos de processo trabalhista tem data definida

eSocial - 09/05/2023

Instrução Normativa da RFB nº 2.139, de 30 de março de 2023, regulamentando a substituição da GFIP-Reclamatória pela DCTFWeb, estabeleceu que a partir do período de apuração julho/2023, as informações referentes a decisões condenatórias ou homologatórias proferidas pela Justiça do Trabalho deverão ser declaradas na DCTFWeb. Portanto, o envio dos eventos relativos aos processos trabalhistas ocorrerá a partir do dia 1º/07/2023.

Outras Notícias

Crime de sonegação de contribuição previdenciária exige lançamento do crédito

Consultor Jurídico - 13/05/2023

Sem o lançamento definitivo do crédito tributário, não se consuma o delito de sonegação de contribuição previdenciária por meio da omissão de fatos geradores. Por isso, não há justa causa para a ação penal. Assim, a 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça rejeitou uma denúncia contra dois homens por tal crime e estendeu os efeitos a outros três corréus.

TST autoriza exclusão de cláusula de quitação geral em acordo extrajudicial

Consultor Jurídico - 13/05/2023

O juiz pode validar cláusulas relativas a verbas rescisórias sobre as quais não há controvérsia e excluir as que considerar ilegais, abusivas ou fraudulentas. Assim, a 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve duas decisões de homologação parcial de acordos extrajudiciais, apenas com exclusão de cláusulas que previam a quitação ampla do contrato de trabalho.

Avanço tecnológico e as mudanças nas relações trabalhistas e no Direito

Consultor Jurídico - 13/05/2023

O mercado de trabalho sofreu grandes transformações. Até a década de 1970, as relações eram baseadas no modelo industrial. O trabalho era presencial, em tempo integral e por prazo indeterminado, mediante subordinação direta e pessoal, submetendo-se o empregado às ordens de um único empregador. O Direito do Trabalho e

a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foram estruturados nesse ecossistema industrial, com viés paternalista, de face autoritária.

STJ cancela julgamento de repetitivos sobre questões relacionadas a EPIs

Consultor Jurídico - 12/05/2023

O Superior Tribunal de Justiça cancelou um julgamento de recursos repetitivos que discutiria cinco temas relacionados a equipamentos de proteção individual (EPIs). A decisão foi tomada após o ministro relator, Herman Benjamin, não conhecer do recurso representativo da controvérsia.

STF analisa a constitucionalidade da contribuição assistencial sindical

Consultor Juridico - 12/05/2023

Sobre a chamada "contribuição assistencial", o Supremo Tribunal Federal (STF) fixou, em 2017, a seguinte tese: "É inconstitucional a instituição, por acordo, convenção coletiva ou sentença normativa, de contribuições que se imponham compulsoriamente a empregados da categoria não sindicalizados" (STF, Pleno, RG-ARE 1.018.459/PR, relator: ministro Gilmar Mendes, j. 23.02.2017, DJe 10.03.2017). Entretanto, seis anos depois, no mesmo processo, apreciando recurso de embargos de declaração, após voto-vista do ministro Roberto Barroso e dos votos de outros ministros, o relator ministro Gilmar Mendes acolheu referido recurso, com efeitos infringentes, para admitir a cobrança da contribuição assistencial, inclusive dos trabalhadores não filiados (leia-se: não associados), assegurando ao trabalhador o direito de oposição, fixando a seguinte tese (Tema 935 da Repercussão Geral): "É constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição" (STF, Pleno, sessão virtual de 14/4/2023 a 24/4/2023). O julgamento não terminou, em razão do pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes.

Surdez unilateral, o descompasso da democracia e o retrocesso legal

Consultor Jurídico - 12/05/2023

Vivemos na época da eficiência. Ser deficiente no mundo eficiente é um desafio e nos leva a buscar soluções transdisciplinares na luta pela preservação de seus direi-

tos. Dados do IBGE em 2022 indicam que há mais de 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva no Brasil, sendo 2,3 milhões de pessoas com deficiência severa. O Projeto de Lei 1.361/15, que considerava o surdo unilateral deficiente, foi vetado pelo ex-presidente do Brasil, e um novo cenário acende uma reflexão sobre as consequências desse veto na seara do trabalho. A medida é completamente antidemocrática e colide frontalmente com os pilares do Estado democrático de Direito, dentre os quais estão alinhados o valor social do trabalho e livre iniciativa, bem como com garantias constitucionais, dentre elas a relação de trabalho digna.

Seguro garantia judicial: aceitação e controvérsias nos TRTs

Consultor Jurídico - 11/05/2023

Uma temática que continua a ocasionar muitos problemas práticos para o dia a dia da advocacia trabalhista se refere à substituição do depósito recursal em espécie pela apólice do seguro garantia judicial.

Projeto que permite advogado sair de audiência atrasada é aprovado na Câmara

Consultor Jurídico - 10/05/2023

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou proposta que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para permitir às partes que se retirem de audiência trabalhista, no caso de atraso injustificado de mais de trinta minutos, e que possam pedir a sua remarcação.

TRT-10 afasta responsabilidade de empresa de ônibus em morte de motorista por Covid

Consultor Jurídico - 09/05/2023

Inexistindo provas de que a doença foi adquirida no ambiente de trabalho e em razão das atividades profissionais do trabalhador, não há como se atribuir responsabilidade ao empregador pela sua conduta, quer omissiva, quer comissiva, em relação ao evento que acometeu o funcionário.

Barroso suspende RE sobre tema com modulação pendente em outro caso

Consultor Jurídico - 09/05/2023

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, determinou, na última quinta-feira (4/5), a suspensão de um Recurso Extraordinário, correndo na segunda instância, que discute a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço de férias. O sobrestamento vale até o Plenário da Corte concluir o julgamento de embargos de declaração em outro caso relativo ao mesmo tema.

Empresa indenizará candidato após prometer vaga e não o contratar

Migalhas - 13/05/2023

Uma empresa de vigilância de Belo Horizonte/MG pagará indenizações, por danos morais e materiais, após descumprir a promessa de contratar um trabalhador. Diante da promessa, ele havia pedido demissão do emprego anterior. A decisão é da juíza do Trabalho Liza Maria Cordeiro, da 23ª vara de Belo Horizonte/MG. O profissional alegou que, após a seleção e o exame admissional, a contratação foi cancelada, gerando prejuízos. Segundo ele, a empresa prometeu contratar, de modo que ele fez até mesmo um pedido de demissão no emprego anterior.

Justiça garante revisão da vida toda para cálculo de aposentadoria

Migalhas - 11/05/2023

O juiz Federal convocado do TRF da 2ª região, Luiz Norton Baptista de Mattos, deferiu liminar e condenou o INSS a implementar a revisão da vida toda em aposentadoria por tempo de contribuição, com a aplicação da regra definitiva prevista no art. 29, I e II da lei 8.213/91, na apuração do salário de benefício, se for mais favorável do que a regra de transição contida no art. 3º da lei 9.876/99, no prazo de 15 dias.

STF: União pede que revisão da vida toda não tenha efeito retroativo

Migalhas - 08/05/2023

A AGU recorreu ao STF sobre a revisão da vida toda de aposentadorias do INSS. Em dezembro, o plenário da Corte autorizou o recálculo do benefício para incluir contribuições anteriores à implantação do Plano Real, em 1994. A decisão beneficiou, sobretudo, os aposentados que fizeram contribuições altas antes de 1994 e que buscaram na Justiça o recálculo de seus benefícios.

Sesi Conecta Saúde encerra com palestras sobre ESG,gestão, qualidade de vida e hábitos saudáveis

Revista Proteção - 12/05/2023

Saúde integral é resultado de um olhar equilibrado entre o corpo, a mente e o meio onde estamos inseridos. No segundo dia de programação do Sesi Conecta Saúde, os especialistas trouxeram reflexões sobre como construir uma sociedade e um mundo melhores, através de uma produtividade saudável e sustentável, conectando a agenda ESG com a área da saúde. Em sua terceira edição, a iniciativa tem o propósito de conectar empresas e pessoas, por meio de assuntos relacionados à saúde integral no ambiente de trabalho. O evento híbrido, realizado nos dias 9 e 10 de maio, reuniu onze especialistas e contou com a participação de cerca de 15 mil pessoas assistindo às palestras, entre o público que acompanhou a transmissão on-line ou esteve presencialmente no Teatro do Sesi, em Porto Alegre.

Senado aprova aposentadoria especial para trabalhadores que exercem funções de alto risco

Revista Proteção - 11/05/2023

O Senado Federal aprovou, nesta semana, um projeto de Lei que permite aposentadoria especial para trabalhadores que exercem funções de alto risco para a saúde. O projeto segue para votação na Câmara dos Deputados. Na semana passada, o projeto de lei complementar já havia sido aprovado pela (CAE) Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. A proposta é vista como um marco para a aposentadoria especial da Previdência Social, pois define e amplia a abrangência do dispositivo para os trabalhadores.

Demissão sem justa causa: o que diz a Convenção No.158 da OIT?

Organização Internacional do Trabalho - 10/05/2023

A Convenção sobre término de relação de trabalho por iniciativa do empregador (No. 158) da OIT foi aprovada durante da 68ª. Conferência Internacional do Trabalho (CIT), realizada em Genebra, em 1982; entrou em vigor no plano internacional no dia 23 de novembro de 1985. Ela foi ratificada por 36 Estados membros da OIT, tendo sido ratificada pelo Brasil em 5 de janeiro de 1995 e denunciada em novembro de 1996.

CBIC debate capacitação e importância do FGTS com ministro do Trabalho

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 10/05/2023

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) esteve reunida com o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, nesta quarta-feira (10), para tratar de projeto de capacitação para os profissionais do setor, redução da informalidade e reforçar a importância do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) enquanto patrimônio do trabalhador.

Confira as principais pautas da Agenda Legislativa da Construção 2023

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 10/05/2023

Com a presença de deputados e senadores, a Agenda da Construção 2023 foi lançada, nesta quarta-feira (10), pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Entre as principais pautas debatidas com os parlamentares estão as sugestões para o programa Minha Casa, Minha Vida, além das Reformas Administrativa e Tributária.

Fiscalização e penalidades no ambiente de trabalho: o que diz a NR-28

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 09/05/2023

As Normas Regulamentadoras (NR) são regras e obrigações criadas para garantir a saúde e segurança dos trabalhadores em empresas regidas pela CLT. Elas complementam o Capítulo V (Da Segurança e da Medicina do Trabalho) do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e foram criadas pela Lei nº 6.514 em 22 de dezembro de 1977. O propósito é padronizar métodos e regras para a prevenção de acidentes de trabalho e a ocorrência de doenças, fazendo assim com que os ambientes de trabalho sejam seguros e sadios.

Atos Normativos

PORTARIA INTERMINISTERIAL MPS/MF Nº 27, DE 4 DE MAIO DE 2023 (DOU de 08/05/2023 Seção I Pág. 52) - Altera a Portaria Interministerial MPS/MF nº 26, de 10 de janeiro de 2023, que dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social - RPS e dos valores previstos nos incisos II a VIII do § 1º do art. 11 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que trata da aplicação das alíquotas da contribuição previdenciária prevista nos arts. 4º, 5º e 6º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. (Processo nº 10128.118262/2022-61);

PORTARIA MTE Nº 1.393, DE 5 DE MAIO DE 2023 (DOU de 08/05/2023 Seção I Pág. 91) - Suspende temporariamente procedimentos de análise e as publicações relativas a processos de registro sindical. (Processo nº 19964.101529/2023-84);

RESOLUÇÃO CNPS/MPS Nº 1.352, DE 4 DE MAIO DE 2023 (DOU de 08/05/2023 Seção I Pág. 151) - Recomenda ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, que altere a Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, de 10 de novembro de 2022, para determinar que as instituições financeiras consignatárias acordantes, que operam com empréstimo pessoal consignado, cartão de crédito e cartão de consignado de benefício, disponibilizem ao INSS e à Dataprev;

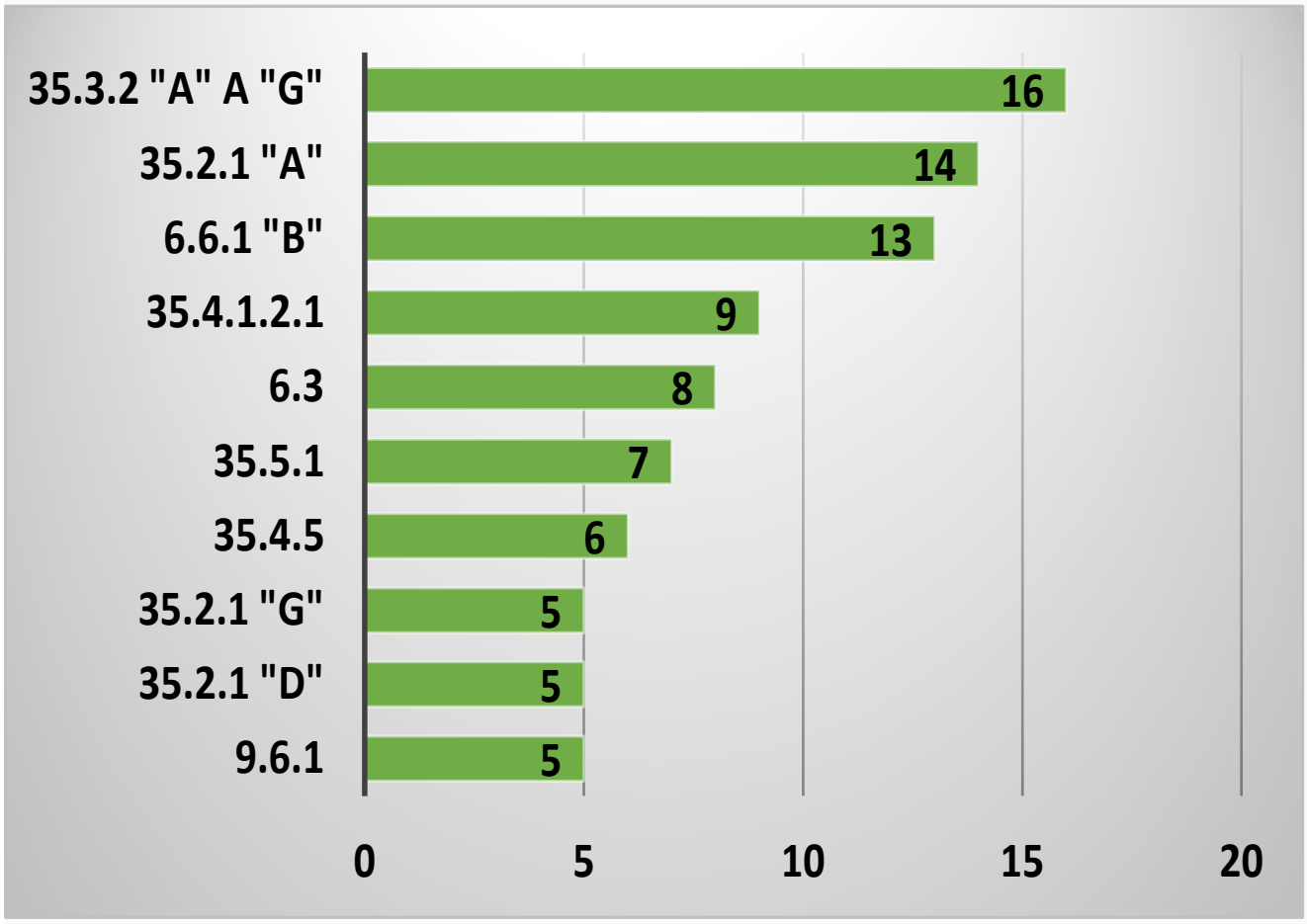
RESOLUÇÃO CNPS/MTP Nº 1.353, DE 4 DE MAIO DE 2023 (DOU de 10/05/2023 Seção I Pág. 151), Com vistas a proporcionar condições mais favoráveis aos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, que realizam operações de crédito consignado, sugere ao Banco Central do Brasil que divulgue em sua página na internet com menor intervalo de apuração, as taxas médias mensais ponderadas e o nível de dispersão das taxas de juros mensais efetivas apuradas em operações individuais, praticadas pelas instituições financeiras na concessão de crédito consignado, de forma a facilitar a análise das melhores taxas disponíveis no mercado;

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 87, DE 14 DE MARÇO DE 2023 (DOU de 11/05/2023 Seção I Pág. 184) - Verbas Indenizatórias. Teletrabalho. Não Incidência. Comprovação das Despesas;

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 95, DE 2 DE MAIO DE 2023 (DOU de 11/05/2023 Seção I Pág. 184) - Contribuições Sociais Previdenciárias.

Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Regularizado na Ação Fiscal” durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2023 (jan-fev):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTE

Regularizado na Ação Fiscal: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram corrigidos pelas empresas ao longo da ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de "notificações" ou "autuações" realizadas pela auditoria fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego. Os atos fiscais do MTE na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

35.3.2 Considera-se trabalhador capacitado para trabalho em altura aquele que foi submetido e aprovado em treinamento, teórico e prático, com carga horária mínima de oito horas, cujo conteúdo programático deve, no mínimo, incluir:

35.2.1 Cabe ao empregador:
a) garantir a implementação das medidas de proteção estabelecidas nesta Norma;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI:
b) exigir seu uso;

35.4.1.2.1 A aptidão para trabalho em altura deve ser consignada no atestado de saúde ocupacional do trabalhador.

6.3 A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:

35.5.1 É obrigatória a utilização de sistema de proteção contra quedas sempre que não for possível evitar o trabalho em altura. (NR).

35.4.5 Todo trabalho em altura deve ser precedido de Análise de Risco.

35.2.1 Cabe ao empregador:
g) garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas nesta Norma;

35.2.1 Cabe ao empregador:
d) assegurar a realização de avaliação prévia das condições no local do trabalho em altura, pelo estudo, planejamento e implementação das ações e das medidas complementares de segurança aplicáveis;

9.6.1 Sempre que vários empregadores realizem simultaneamente atividades no mesmo local de trabalho terão o dever de executar ações integradas para aplicar as medidas previstas no PPRA visando a proteção de todos os trabalhadores expostos aos riscos ambientais gerados.

OBS.: Informamos que as codificações utilizadas pelo Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTE, nem sempre consideram as versões atuais das Normas Regulamentadoras, podendo indicar itens contidos em versões anteriores das normas de segurança e saúde no trabalho.

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula